



Territórios da Sociabilidade Negra e a Memória da Diáspora Africana na Maceió do Século XIX

Territories of Black Sociability and Memory of the African Diaspora in Maceio in the 19th Century

Danilo Luiz Marques

Mestre em História Social e Graduado em História.
Atualmente é Professor de História na Rede Pública Estadual de São Paulo.

Resumo:

Maceió passou por um intenso processo de desenvolvimento urbano ao longo do século XIX, principalmente após 1839, ano em que foi alçada como nova capital da recém-criada Província de Alagoas. A cidade era local de residência de muitos senhores de engenho, comerciantes, autoridades e políticos que se beneficiavam com a localidade do porto do Jaraguá, o qual realizava exportações de produtos como o algodão e, principalmente, a cana-de-açúcar. Como característica das cidades brasileiras oitocentistas, a presença da escravidão era marcante na vida social maceioense, tendo uma grande população de escravos, forros e africanos livres circulando diariamente pelas ruas, becos e praças, fixando-se nos arredores da cidade, desenvolvendo seus arranjos de sobrevivência, buscando contrapor-se à hegemonia dos senhores. Sendo comum encontrá-los em rodas de capoeiras e manifestações culturais como: o coco-de-roda, nas músicas de barbeiros e no lundu. Também havia inúmeros terreiros de xangô e pequenos quilombos ao redor. Este trabalho tem por objetivo adentrar no cotidiano da população negra em Maceió, visando descrever os locais da memória da diáspora africana na cidade. A população cativa se mostrava incansável em seu objetivo de transformar a cidade num esconderijo, a cidade que escondia ao mesmo tempo libertava. Desta forma, alguns bairros como Bebedouro, Trapiche e Levada detêm até hoje uma forte identidade afrodescendente, e para melhor compreendê-la é fundamental estudar a Maceió do século XIX. Fundamentamos nossa pesquisa no conceito de Diáspora Negra de Stuart Hall e Paul Gilroy, e na metodologia da Hermenêutica do Quotidiano, apresentado pela historiadora Maria Odila Dias.

Palavras-chave: Diáspora Africana. Escravidão. Sociabilidade Negra e Cidade.

Abstract:

Maceió has undergone an intense process of urban development throughout the nineteenth century, especially after 1839, the year that was raised as new capital of the newly created Province of Alagoas. The city was the place of residence of many planters, merchants, officials, and politicians who benefited from the area of the port of Jaragua, which accomplished exports products like cotton, and especially the cane sugar. Characteristic of nineteenth-century Brazilian cities, the presence of slavery was remarkable in social maceioense, having a large population of slaves and free Africans liners circulating daily in the streets, alleys and squares, settling on the outskirts of the city, developing their arrangements survival, seeking to counter the hegemony of lords. Being common to find them on wheels barns and cultural events such as the coco-de-roda, the songs of barbers and Lundu. There were also numerous yards of Xango and small communities around. This work aims to enter into everyday black population in Maceió, in order to describe the local memory of the African diaspora in the city. The captive population is showing relentless in its goal to transform the city into hiding, hiding the city while freeing. Thus, some districts like Trough, Trapiche and Levada today hold a strong identity of African descent, and to

better understand it is essential to study the Maceió nineteenth century. Fundamentamos our research on the concept of the Black Diaspora Stuart Hall and Paul Gilroy, and methodology of the Hermeneutics of Everyday Life, presented by historian Maria Odila Dias

Keywords: African Diaspora. Slavery. Sociability and Black City.

Introdução

A Maceió oitocentista, assim como a maioria das cidades brasileiras, tinha, em sua população, uma forte presença de escravos, forros, africanos livres e homens livres pobres, os quais desenvolveram inúmeras estratégias para obter seus meios de subsistência e para resistir à instituição escravista. Como assinalou o historiador Marcus de Carvalho, a população cativa não assistiu passivamente ao processo de abolição do século XIX, “[...] os escravos rebelaram-se, eram desobedientes, fugiam com frequência, e estavam sempre buscando conquistar direitos que legalmente não tinham”¹. Os libertos ou livres eram pessoas que viviam nas fimbrias da escravidão, e também resistiram perante a hegemonia senhorial, se rebelaram, desobedeceram às leis e posturas municipais e tentaram conquistar espaços políticos, sociais e econômicos que lhes eram vedados².

Até o início do século XIX, Alagoas era Comarca da Província de Pernambuco, sua emancipação ocorreu no ano de 1817, e a principal cidade da região, até aquele momento, era a Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), que se transformou na primeira capital da Província. Fato que duraria até 1839, quando a emergente cidade de Maceió foi escolhida como a nova capital³. Dentre os motivos para a realização desta mudança, destacamos a boa localização do Porto de Jaraguá e o estabelecimento de grupos políticos fortalecidos economicamente pela economia açucareira e pela exportação de produtos como algodão e madeira para construção naval⁴. Elevada ao posto de capital da Província, Maceió teve seu desenvolvimento urbano ao longo do século XIX e se firmou como principal polo demográfico-econômico da região. Nela habitava uma população escrava e liberta que circulava pelas ruas, praças e nos seus entornos a procura de meios de sobrevivências e articulavam estratégias para ir de encontro à instituição escravista, causando temores à elite local. A presença africana foi marcante na constituição da sociedade brasileira. Alberto da Costa e Silva afirmou que o nosso país é “[...] extraordinariamente africanizado. E só quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver estético do brasileiro”⁵. A história do negro na diáspora foi marcada pela exploração de sua mão-de-obra, entretanto, eles lutaram e resistiram contra o sistema escravista construindo experiências de liberdade.

¹ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001, p. 140.

² CARVALHO, 2001, p. 140.

³ Para uma melhor compreensão sobre o tema da mudança da capital da Província de Alagoas, sugerimos a leitura de: BARROS, Theodyr Augusto de. *O Processo de Mudança da Capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica, 1819-1859*. Maceió: Imprensa Universitária, 1991.

⁴ LINDOSO, Dirceu. *Ruptura e Continuidade na Cultura Alagoana*. In: LINDOSO, Dirceu. *A Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana*. Maceió: Edufal, 2005, p. 78.

⁵ SILVA, Alberto da Costa e. *O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX*. In: SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003, p. 72.

O inglês Paul Gilroy formulou um conceito de diáspora negra articulada à modernidade e, utilizando o termo Atlântico Negro, assinalou entre a África e o continente americano o surgimento de um sistema de comunicações caracterizadas por fluxos e trocas culturais, uma formação intercultural e transnacional. O autor buscou a partir do conceito de diáspora negra e suas narrativas de perda, exílio e viagens, definir a modernidade e compreendeu os negros como “[...] agentes, como pessoas com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual, atributos negados pelo racismo moderno”⁶. Levando-nos a pensar a diáspora negra através de uma perspectiva de luta e resistência.

Estudar a diáspora africana no Brasil é de fundamental importância para o estudo de nossa sociedade, e tal temática vem se desenvolvendo em nossa historiografia. Ao longo do século XX, sobremaneira a partir da década de 1970, os historiadores brasileiros voltaram seus olhares para a história da escravidão com o intuito de historicizar as experiências de vida da população escrava e liberta, visando uma abordagem que privilegiasse a multiplicidade de sujeitos históricos. A região alagoana foi palco de constante movimentação de navios negreiros vindos diretamente do continente africano ou de outras Províncias, como Bahia e Pernambuco. A maioria dos africanos desembarcados foi levada à Maceió para prestar serviços domésticos, trabalhar em obras públicas ou realizar vendas pelas ruas, como escravos de ganho.

Quotidiano e Sociabilidade Negra da Maceió do Século XIX

O romance *Traços e Troças*, do autor Pedro Nolasco Maciel⁷, de fins da década de 1880 nos apresenta a história de amor entre um alfaiate, Manoel, e uma garota “pimenta e mal educada” de nome Zulmira. Ao longo da narrativa principal, apresenta indícios de como se configuravam os costumes e o cenário urbano de Maceió, nos trazendo uma visão panorâmica da cidade de fins do século XIX e, em algumas passagens, nos remete à presença africana no cotidiano da capital alagoana. Como a história do africano Félix, acusado de praticar feitiçaria:

Lera nos jornais que dois carteiros do correio Luiz Cunha e Anastácio Costa, ambos jovens vendendo saúde, morreram de febres palustres em poucos dias, porque abriram um pacote de feitiço vindo do Rio para o africano Félix da Costa, em Jaraguá, que outro empregado estava enfermo: que o prelo do jornal que dera notícia, chamando a atenção da polícia, quebrara-se: que o Braz, subdelegado, teve receio de prender o negro feiticeiro⁸.

Havia na cidade inúmeros terreiros de xangô, pequenos quilombos ao redor e intensa movimentação de escravos, forros, africanos livres e homens livres pobres nas ruas em busca de seus meios de subsistências, sendo comum encontrá-los em rodas de capoeiras e manifestações

⁶ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p. 40.

⁷ Pedro Nolasco Maciel (1861-1909) foi literato, tipógrafo e jornalista do *Diário de Alagoas*, um dos fundadores do jornal *Gutenberg*, de Maceió, e da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos. Além de redator em vários órgãos da imprensa maceioense como *Tribuna do Povo*, *Orbe*, *Jornal de Notícias* e *O Popular*. Também era abolicionista, foi um dos fundadores da *Sociedade Libertadora Alagoana*, em 1881, e da *Sociedade Libertadora Artística*, em 1884.

⁸ MACIEL, Pedro Nolasco. *Traços e Troças (crônica vermelha - leitura quente)*. 2º ed. Anotada e comentada por Felix Lima Junior. Maceió: DEC, 1964, [1899], p.147.

culturais como o coco de roda, nas músicas de barbeiros e no lundu⁹. Em seu romance, Pedro Nolasco Maciel se refere a personagens como Adolpho, “africano velho do Jaraguá”; Geroncio, “creoulo canoeiro” e a “preta” Maria Benta, quituteira. Além de mencionar os batuques do maracatu em meio às ruas da cidade e a existência da irmandade do Rosário.

A historiografia brasileira vem se dedicando com maior fôlego ao estudo da escravidão e da presença africana nas cidades durante o século XIX, contribuindo para o preenchimento de importantes lacunas na história da escravidão, e atentando para as particularidades das vivências urbanas. Enidelce Bertin, afirma que a escravidão urbana configurou-se pelo trabalho de ganho e aluguel, a mobilidade física dos escravos e por relações paternalistas¹⁰. A cidade era um centro para onde confluíam homens livres pobres, escravos e libertos em busca de serviços de ganho no comércio, ou fugidos das fazendas em busca de esconderijos. Bertin expõe que “[...] no cenário de um centro urbano em constante contato com os arredores, a escravidão garantia intensa a movimentação humana que as atividades urbanas demandavam”¹¹.

A escravidão nas cidades brasileiras proporcionou aos escravos múltiplas ocupações e o desempenho de quase todas as funções da economia citadina, tais como a de carregadores, trabalhadores nos portos, oficinas, lavadeiras, quitandeiras, domésticas, artesãos¹². Na capital alagoana, sinaliza Alfredo Brandão, os escravos estavam inseridos “[...] ora nos trabalhos domésticos, ora como pedreiro a construir casas, ora como ferreiro a forjar machados e foices, ora como sapateiro a fazer sandálias”¹³. Para os cativos: “[...] se o senhor é comerciante, ele é carregado dos serviços pesados - transportar os fardos as costas, conduzir as carroças, varrer as lojas, limpar os balcões”¹⁴. O historiador Felix Lima Júnior apontou que os negros, em Maceió, trabalhavam como canoieiros, copeiros, vendedores de frutas, aves, pães, peixes e doces, cozinheiros, como serventes e no transporte de ‘tigres’ (barris de madeira que serviam para o transporte de excrementos)¹⁵. No cenário urbano, os cativos transitavam com extrema agilidade pelas ruas da cidade e desenvolveram sociabilidades que proporcionavam a busca pela sobrevivência, assim como oportunidades de resistência. Para Wissenbach:

No dia-a-dia, os escravos e libertos tiveram de se defrontar com os encargos do sobreviver, com as exigências impostas pelo viver citadino e improvisar respostas compatíveis à resistência contra a escravidão. Transformaram as vicissitudes da discriminação, da escassez de recursos e da ausência de instituições que lhe assistissem, num duro aprendizado da experiência de liberdade¹⁶.

⁹ Para melhor compreensão sobre tais manifestações culturais africanas, ver: DUARTE, Abelardo. *Folclore Negro das Alagoas*. Maceió: Edufal, 2010.

¹⁰ BERTIN, Enidelce. *Os Meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. USP, 2006, p. 57. (Tese de Doutorado).

¹¹ BERTIN, 2006, p. 46.

¹² WISSENBACH, Maria Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 63.

¹³ BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988, p.41.

¹⁴ BRANDÃO, 1988, p. 41.

¹⁵ LIMA Jr., Félix Lima. *Carroças e Carroceiros*. Maceió, Fundação Teatro Deodoro, 1983, p. 95.

¹⁶ WISSENBACH, 1998, p. 15.

Portanto, cotidianamente, a população negra buscou, ou teve que afirmar, a emancipação, o que torna importante compreender como os escravos “[...] desenvolveram a autonomia e a resistência segundo as condições colocadas pelo viver na cidade”¹⁷. No caso deste trabalho, a vivência negra de Maceió no século XIX, uma cidade que estava se afirmando como sítio urbano¹⁸. O viajante norte-americano Daniel Kidder, relatou em sua passagem pela capital alagoana no ano de 1842 aspectos do dia-a-dia da cidade, como por exemplo, a presença africana nas ruas:

Não se constituía espetáculo lá muito edificante os grupos de crianças completamente nuas, pelas ruas, mesmo assim não pudemos deixar de nos divertir com um negrinho que corria de um lado para o outro, orgulhoso de seu par de sapatos, a única peça de vestimenta – se assim se pode dizer – que tinha no corpo. Todavia, os sapatos constituíam sinal de alforria e por isso, tanto o garoto como seus pais, tinham, sem dúvida, motivo para se sentirem orgulhosos¹⁹.

O trecho acima sinaliza para a dura luta em busca de liberdade que os escravos travavam diariamente contra a hegemonia senhorial, ao calçar os sapatos, o “negrinho nu” que corria estava se afirmando como livre. Segundo Robert Conrad, “[...] era negado o direito ao uso de calçados ou qualquer proteção para os pés, porque pés descalços simbolizavam a condição de escravo”²⁰. Desta forma, logo que um escravo obtivera sua alforria procurava afirmar sua nova condição calçando sapatos²¹, era uma atitude de afirmação social. Os relatos de viajantes estrangeiros possibilitam o vislumbre do cotidiano da população cativa e o ambiente em que viviam, Kidder, em meio ao seu modo de ver característico dos viajantes do século XIX, sinalizou fragmentos dos modos de ser da população escrava e liberta da capital alagoana. Seu relato, se analisado a contrapelo, se torna uma importante fonte para vislumbrar o cotidiano da escravidão em Maceió.

O viajante norte-americano também descreve a presença de homens e mulheres de “tez escura” em frente a uma cabana no bairro de Jaraguá, os escravos que carregavam potes de água na cabeça e uma cena na praia, em casa de um português, esperando “[...] um negro que devia subir ao coqueiro e apanhar os cocos”²². O que é elucidativo das ocupações citadinas dos escravos, o negro desenvolvia serviços para suprir suas necessidades de subsistência.

Uma passagem interessante no relato de Kidder é a descrição de um “negro velho” pedindo esmola, o que nos remete a pensar a situação social da população cativa e liberta quando atingiam uma idade avançada: “Ao pé da santa estava um negro velho com um xale sobre os ombros e uma

¹⁷ WISSENBAACH, 1998, p. 42ss.

¹⁸ ALMEIDA, Luís Sávio. *Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província*, Maceió: Q Gráfica, 2011, p. 89.

¹⁹ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980, p.74.

²⁰ CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.27.

²¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Olhar Escravo, Ser Olhado*. In Azevedo, Paulo Cesar de, e Lissovsky, Mauricio (Orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo: ExLibris, 1988, p. 23.

²² KIDDER, 1980, p.80.

bandeja na mão. Perguntando-lhe o que tinha naquele escrínio, respondeu ele: ‘Nossa Senhora do Rosário’. – O que está fazendo ela? – Pedindo esmola para a construção de uma igreja”.²³

Outro viajante que esteve em Maceió foi o botânico britânico George Gardner, o qual relatou que a cidade ficava “[...] numa elevação plana de cinquenta ou sessenta metros acima do nível do mar e dele dista cerca de um quarto de milha”²⁴. Por ser botânico, o relato de Gardner foca muito nas descrições geográficas, mesmo assim, nos fala de seu “empregado preto” que fazia seus serviços e o acompanhava nas viagens a outros lugares da Província como o Rio São Francisco, ao sul de Alagoas. O qual também foi destino do viajante alemão Robert Ave-Lallement, no ano de 1859, quando esteve em Maceió, ocasião em que ao deixar a capital em direção ao sul da Província embarcara “[...] numa pequena canoa, sua tripulação, apenas um negro velho. Este cuja cabeça branca contrastava singularmente com a cara preta”²⁵. Evidenciando a presença do negro canoieiro no cotidiano de Maceió, destacava a cidade banhada pelo mar e pelo complexo lagunar mundaú-manguaba. Em cidades do litoral nordestino como Recife e Maceió, um importante ofício era o do canoieiro. Ao estudar a capital pernambucana, o historiador Marcus de Carvalho se refere ao fornecimento de água, que dependia de escravos e negros canoieiros, uma profissão bastante procurada pela população cativa²⁶.

Territórios de Resistência e a Presença Africana

Luís Sávio de Almeida, no seu livro sobre a Cabanada²⁷, faz uma análise da história alagoana da primeira metade do século XIX, resgata as abordagens de Clovis Moura sobre a “síndrome do medo” instalada na sociedade escravista, articulada aos “temores pânticos”, expressão cunhada pelo Governador da Província de Pernambuco alusiva ao momento que antecedeu ao episódio dos malês em Salvador, no ano de 1817. A síndrome do medo engendrou os temores em Alagoas, houve rumores de uma rebelião escrava, em 1815, em Penedo e na cidade das Alagoas²⁸. Nesta perspectiva, acreditamos que é de fundamental importância para a compreensão da dinâmica social da Maceió do século XIX, situá-la nesta conjuntura.

No ano de 1829 ocorreram dois focos de “ajuntamento” de negros na Massagueira. Em 1830 houve a descoberta de um quilombo no Trapiche, e pediu-se uma tropa ao Juiz de Paz da Vila de Maceió para atacar os quilombolas²⁹. No século XIX era comum a existência de quilombos nos arredores de cidades como São Paulo³⁰ e Recife³¹. Segundo Manoel Diégues Junior, no decorrer dos

²³ KIDDER, 1980, p. 74ss.

²⁴ GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975, p.61.

²⁵ AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1980, p. 280.

²⁶ CARVALHO, 2001, p. 30-31.

²⁷ ALMEIDA, Luís Sávio de. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió: Edufal. 2008.

²⁸ ALMEIDA, 2008, p. 39.

²⁹ ALMEIDA, 2008, p. 56ss.

³⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 155.

³¹ Marcus de Carvalho nos fala do Quilombo do Maluginho que ficava às “portas do Recife.” Ver: CARVALHO, 2001, p. 175-191.

oitocentos, constituíram-se vários pequenos quilombos nos arredores da Cidade de Alagoas e Maceió, onde os “pretos viviam assaltando a quem passava e aos diversos engenhos”³² das redondezas. Esse historiador alagoano cita uma notícia do jornal *Diário das Alagoas* do ano de 1861 se referindo à prisão do “calhambola” José Rosa, chefe do quilombo da Mata do Rolo³³. Em pesquisa realizada por nós na Biblioteca Nacional, no fundo Arthur Ramos, localizamos uma matéria do referido jornal sobre tal quilombo:

Cada dia chegam-nos noticias de novos atentados perpretados pelos calhambolas amocambados na Matta do Rolo e Taboleiro do Pinto, onde dizem que há quem proteja ou auxilie esses acelerados. Já pedimos a atenção as autoridades superiores sobre a extinção desse quilombo; e de novo imploramos providências para a segurança da vida e propriedade dos que vêm-se forçados a transitar por aqueles lugares e dos moradores circuvizinhos (*sic.*)³⁴.

Acompanhando o editorial deste jornal, o qual foi definido pelo historiador Abelardo Duarte como “conservador e intransigente”³⁵, notamos uma forte relação com os interesses da classe senhorial, neste exemplo acima citado, devemos levar em consideração que foi uma forma dos senhores de engenhos cobrarem das autoridades a extinção do quilombo visando a defesa de suas propriedades. O *Diário das Alagoas*³⁶ publicava outros anúncios de fugas de escravos e notícias sobre possíveis crimes cometidos pela população cativa e as medidas tomadas pelas autoridades visando o controle social, como a matéria abaixo:

Em conseqüência da perseguição que tem feito a policia aos escravos fugidos, foi preso hontem e acha-se recolhido á cadeia desta cidade o preto Roque, e dispersaram-se dous de seus principais companheiros que compunham o grupo que assassinou o infeliz Plates, único que foi victima do mesmo grupo. A policia continua a empregar todos os meios ao seu alcance para descobrir os diversos ranchos onde existem outros, e neste sentido tem expedido as mais terminantes ordens (*sic.*)³⁷.

Uma análise nas entrelinhas das matérias deste jornal permite-nos vislumbrar o cotidiano da Maceió do século XIX no que tange as tensões sociais inerentes ao período após a promulgação da lei Eusébio de Queiroz. Além dos quilombos que existiam nos arredores da cidade, outro reduto de escravos fugidos localizava-se nas regiões da Levada e do Trapiche da Barra. No romance de Pedro Nolasco Maciel, encontramos uma passagem que nos fala do perigo em transitar por uma estrada localizada nestes locais em virtude da existência “[...] de muitos ladrões em sua maioria parte de soldados desertores e escravos fugidos”³⁸.

Felix Lima Júnior documentou que havia negros escondidos nos “[...] brejos e entre os cajueiros, murtas, ouricuris e outras árvores no areal entre o centro da cidade, capital da Província, e

³² DIEGUES JUNIOR, 2002, p. 175.

³³ DIEGUES JUNIOR, 2002, p. 175ss.

³⁴ IHGAL. *Diário das Alagoas, Boletim Quilombo*. 11/11/1861.

³⁵ DUARTE, 1988, p. 51.

³⁶ É interessante saber que este jornal foi criado em 1858, segundo Moacir Sant’Ana, tendo sido o primeiro da Província de Alagoas a ter publicação diariamente e, portanto, tinha grande circulação na sociedade e estava inserido nas relações de poder do sistema escravista, em um momento pós-Lei Eusébio de Queiroz.

³⁷ IHGAL. *Diário das Alagoas*. 13/11/1861.

³⁸ MACIEL, DEC, 1964, [1899], p. 57.

o ponto de desembarque dos que vinham do Pilar e de Alagoas”³⁹. A população escrava desenvolvia artimanhas e necessitava de segredos, esconderijos e quilombos para se camuflar, uma forma encontrada para resistir ao controle senhorial⁴⁰. Sidney Chalhou, estudando as últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro, descreveu cenas de uma cidade negra, alternativa e arredia, instituída por escravos, libertos e negros livres pobres que desafiavam a instituição da escravidão⁴¹. A população cativa se mostrava incansável em seu objetivo de “[...] transformar a cidade num esconderijo. A cidade que esconde é, ao mesmo tempo, a cidade que liberta”⁴². Tal questão é elucidativa de como os negros ocuparam os espaços da capital alagoana com a perspectiva de atingir a liberdade.

Os anúncios de fugas de escravos era uma constante nos jornais alagoanos, não apenas no *Diário das Alagoas*, mas em outros como o *Progressista*. Moacir Sant’Ana expõe que as autoridades utilizavam de vários artifícios para reduzir o número de fugas, uma delas foi o toque de recolher após as nove horas da noite, vigente no ano de 1866. Os escravos que fossem encontrados na rua após o horário estipulado “[...] sem escrito do senhor datado do mesmo dia, na qual declare o fim a que vai, será recolhido à prisão e multado o senhor em 3\$000”⁴³. A presença de escravos nas ruas no período noturno era uma constante nas cidades brasileiras no século XIX. Alusivo à Maceió, encontramos um documento na Biblioteca Nacional pedindo providências a respeito dos “[...] pretos e capoeiras que depois do anoitecer forem encontrados com armas ou em desordem”, citado a seguir:

Tendo falecido hoje o negociante desta praça, Joaquim Antonio Alves, em consequência de uma facada que recebera hontem ao anoitecer, dada, segundo elle mesmo o dissera, por um preto que fingira atrapalhar-se com o assassinado, a Regência em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II, manda recomendar a Vm a expedição das mais terminadas ordens, para que desde o anoitecer sejam apalpados os pretos com o maior escrúpulo e castigados devidamente todos os que forem achados em desordem. O Governo espera que Vm dará sobre este objeto as mais eficazes providencias, a fim de prevenir-se a reicidencia de taes acontecimentos (*sic.*)⁴⁴.

Datado de 1834, este documento foi escrito pelo Juiz de Direito Chefe de Polícia Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, e nos permite captar as evidências de comportamento da população cativa no período noturno nas ruas da cidade. Formara-se, na cidade, um tempo e espaço de resistência às regras impostas pelas autoridades para o controle social. Reuniões noturnas de escravos praticando capoeira causaram temores às autoridades, que reagiram através da repressão e

³⁹ LIMA JUNIOR, 1975, p. 54.

⁴⁰ ALMEIDA, 2008, p.181.

⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das ultimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 28.

⁴² CHALHOUB, 1990, p. 219.

⁴³ SANTANA, Moacir Medeiros. *Uma Associação Centenária*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1966, p.31.

⁴⁴ BN. *Dá providencias a respeito dos pretos e capoeiras, que depois do anoitecer forem encontrados com armas ou em desordens*.I-36,25,034. 17/04/1834.

controle dos movimentos dos escravos no tempo e espaço⁴⁵, o que pode ser constatado por uma análise dos códigos de posturas municipais.

Os jornais do século XIX, apesar de possuírem um teor criminalizante sobre a população cativa, se analisados a contrapelo, tornam-se uma importante fonte para captar as nuances de comportamento inerentes ao cotidiano de uma sociedade escravista. No caso de Maceió, o historiador Felix Lima Júnior listou alguns jornais que circulavam pela capital alagoana ao longo do século XIX, em seu capítulo intitulado *Escravos Fugidos* do livro *A Escravidão em Alagoas*⁴⁶, cita-nos alguns casos como o da africana de nome Antonia da Costa, publicada no jornal *O Tempo*, em 24 de outubro de 1857:

Fugiu da abaixo assinada uma escrava de nome Antonia da Costa, alta, corpulenta, bem preta, tem falta de um dente na parte superior, numas das pernas uma cicatriz proveniente de uma goma, na mão direita tem um dedo aleijado, anda constantemente de chinelos, tem bastante cravos nos pés e já não é muito moça; há notícias que anda lá para as bandas da Pedra de Fogo; quem a apreender será bem gratificado⁴⁷.

Este anúncio traz informações significativas sobre a idade e o estado de saúde da escrava Antonia. A falta do dente, a cicatriz na perna e o dedo aleijado na mão direita parecem indicar que tais sequelas foram frutos dos maus tratos de sua senhora ou proporcionadas pelas condições de trabalho. No anúncio, observamos a informação de que a escrava já não era muito moça, talvez não suportasse mais o dia-a-dia da escravidão e resolvera praticar a fuga. O mesmo jornal publicou também a fuga de uma escrava chamada Rufina, de 18 anos: “Fugiu no dia 11 do corrente uma escrava creoula por nome Rufina, idade 18 anos, altura regular, tem falta de um dente na frente, bem esperta, levou saia de chita amarela”⁴⁸. Tais anúncios nos apontam para um cotidiano de luta e resistência das mulheres negras na Maceió oitocentista.

Ao estudar as músicas de barbeiros na cidade de Maceió, Abelardo Duarte cita uma passagem do livro de Manuel Diégues Júnior referente a um escravo do Doutor Antônio Bahia da Cunha que se encontrava fugido, e que sempre estava presente nas reuniões de bandas musicais dos negros tocando flautins e clarineta⁴⁹. O jornal *Diário do Comércio* publicara, em 16 de abril de 1862, um anúncio sobre tal escravo:

Fugiu da casa do Sr. Dr. José Antônio Bahia Cunha o seu escravo de nome Silvério, creoulo, estatura regular, representando ter a idade de 25 a 30 anos, cosinheiro, é acostumado a tocar nas músicas de barbeiro flautim e clarineta. Quem dele der notícias ou levá-lo à casa de seu senhor, na rua Boa Vista, será gratificado (*sic.*)⁵⁰.

A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, ao estudar a escravidão no alto sertão baiano, analisou os encontros festivos onde os escravos, forros e ex-escravos ocupavam os espaços

⁴⁵ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Capoeira Escrava e Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2ª edição, revisada e ampliada. Campinas: Editora UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2002.

⁴⁶ LIMA Jr., 1975.

⁴⁷ LIMA Jr., 1975, p. 49-50ss.

⁴⁸ IHGAL. *O Tempo*. 16/07/1857.

⁴⁹ DUARTE, 2010, p. 129.

⁵⁰ IHGAL. *O Diário do Comércio*. 16/04/1862.

das pequenas vilas, cidades, roças e arrabaldes: e “[...] transgrediam os limites de escravizados e criavam espaços de liberdade em encontros festivos e improvisadas diversões cotidianas”⁵¹. O historiador Eduardo Silva sinalizou as “fugas para dentro”, onde os escravos se ocultavam na própria cidade, se utilizando do espaço como tática de resistência⁵².

Em 10 de setembro de 1857, o jornal *O Tempo* noticiava o julgamento de uma escrava que atendia pelo nome de Lina, motivo: “[...] tentou envenenar sua senhora”. O médico que socorreu a vítima, o Doutor José Joaquim Firmino, fez o seguinte depoimento:

A ré Lina, em fins de março deste ano, tentou envenenar a senhora do Delegado Manoel José Teixeira de Oliveira, de quem ela era tida como escrava por que pertencia a uma filha do mesmo Teixeira, mulher do Sr. Dourado. Em vez de ser entregue a Polícia, e ser processada, a escrava Lina apenas foi surrada por seu senhor⁵³.

Podemos perceber que antes de ser encaminhada a polícia, a escrava sofreu castigos nas mãos do próprio senhor, outro fato interessante é atentar para as relações que permitiam o usufruto de escravos por membros da mesma família. Recentemente, a historiografia brasileira também estudou os crimes cometidos por escravos e libertos ao longo do século XIX através de uma perspectiva da “função social do crime”, como sinalizou Maria Wissenbach, colocando que nessas práticas: “[...] perpassavam padrões de sobrevivência e de organização sociocultural e que interagiam de maneiras multivariadas no confronto entre dominação e resistência”⁵⁴. Ou seja, compreende os crimes cometidos pela população cativa e liberta inserido num processo de luta contra a instituição escravista.

Na cidade de Maceió, ao longo do século XIX, existia a presença das chamadas figuras intermediárias da escravidão, como os africanos livres. Recentemente, a historiografia da escravidão no Brasil tem voltado seus olhares sobre eles, tirando do silêncio as desconhecidas experiências de vida desta população que não era considerada escrava, entretanto, viveu em estreita relação com a escravidão. Ficaram conhecidos como os “meia-cara”⁵⁵, pois não eram escravos e nem libertos, tendo que se afirmar no cotidiano como livres.

Uma análise feita sobre a documentação da Curadoria dos Africanos Livres de Alagoas, localizada no Arquivo Público do Estado de Alagoas, nos permitiu perceber a forte presença desta categoria no cotidiano da Maceió do século XIX, sendo de grande valia sua análise para melhor compreender a sociabilidade negra na cidade. Segundo Abelardo Duarte, a curadoria expediu e recebeu ofícios e demais papéis sobre esta população durante trinta anos, de 1836 a 1866⁵⁶. Esta documentação nos permite detectar aspectos da vida cotidiana desta população como a formação de famílias, trabalho, resistência e transgressões. Recentemente, o historiador Moises Sebastião,

⁵¹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 242.

⁵² REIS, João José Reis; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 71-72.

⁵³ IHGAL. *O Tempo*. 10/09/1857.

⁵⁴ WISSENBACH, 1998, p. 31.

⁵⁵ BERTIN, 2006.

⁵⁶ DUARTE, 1988, p. 63.

publicou um artigo informando que esta documentação consiste em: “[...] correspondências do curador dos africanos livres com os presidentes da Província, requerimentos de administradores de estabelecimentos públicos, de arrematantes particulares”⁵⁷ e dos africanos, no caso destes últimos solicitados por meio de procuradores.

A documentação acima citada refere-se aos africanos livres que foram apreendidos em desembarques clandestinos entre as décadas de 1840 e 1850 nas praias do litoral norte de Alagoas, com destaque para a região dos morros de Camaragibe, local onde o desembarque ilegal de africanos era uma constante. Após serem levados para a capital alagoana, Maceió, tinham dois destinos: prestação de serviços a particulares ou trabalhar em instituições públicas. No primeiro, teriam seus serviços arrematados por pessoas como doutores, militares, padres, funcionários públicos e políticos. No segundo, eram destinados a trabalhar em locais como: o hospital de caridade, hospital militar, cadeia, secretaria do Palácio do Governo e em obras públicas, como a construção do Farol de Maceió⁵⁸. Moisés Sebastião aponta que a maioria dos africanos livres eram arrematados por particulares e: “[...] foram postos nos serviços domésticos, no campo, ao ganho nas ruas e alugados a outros particulares. Nos estabelecimentos públicos trabalhavam na limpeza, lavagem de roupa, na cozinha, etc.”⁵⁹.

Robert Conrad expôs que, em geral, os africanos livres eram destinados ao serviço agrícola nas áreas rurais e nas cidades “[...] utilizados como pretos de ganho, negros mandados por seus proprietários (neste caso, por seus tutores), para oferecerem seus serviços ao público, ou venderem mercadoria nas ruas”⁶⁰. Os que eram mantidos sob o controle do governo eram destinados a ocupações urbanas. Conrad cita um grupo de africanos livres que foi designado a trabalhar em repartições públicas como na iluminação das ruas do Rio de Janeiro, delegacia de polícia e serviço de abastecimento de águas⁶¹. Enidelce Bertin documentou que os africanos livres, nos serviços públicos, trabalharam como: calceteiros, pedreiros, ferreiros, roceiros, cozinheiros, faxineiros, lavadeiras, cuidadores de doentes, transportadores de água e de alimentos, compras, serviços de jardinagem, em limpeza de córregos e vias públicas, nos serviços de enxada e na quebra de pedras de calçamento⁶².

Entre os papéis avulsos da Curadoria dos Africanos Livres de Alagoas, nos deparamos com o pedido de emancipação de Faiel, o qual:

[...] sendo apreendido como contrabando no anno de 1850 foi desde então applicado para prestar seus serviços na Cadeia d’ esta Cidade, onde se conservou por algum tempo, até que mostrando alli hum menos reprehensivel comportamento, passou a prestar os mesmos serviços no estabelicimento publico do Collegio dos Educandos artifices, onde se tem conservado até o prezente com melhor conducta, segundo me informou o actual Director do

⁵⁷ SILVA, Moisés Sebastião da. *Vida na Fronteira: a experiência dos africanos livres em Alagoas (1850-1864)*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011, p.27.

⁵⁸ SILVA, 2011, p.30.

⁵⁹ SILVA, 2011, p. 31ss.

⁶⁰ CONRAD, 1985, p. 174.

⁶¹ CONRAD, 1985, p. 174ss.

⁶² BERTIN, 2006, p. 62.

referido collegio. Hé quanto m' occorre d' informar a V. E. a respeito do seo africano livre (*sic.*)⁶³.

A Cadeia de Maceió e o Colégio dos Educandos foram duas instituições públicas que tiveram africanos livres prestando serviços, todavia, esses africanos demonstravam constantemente “menos boa conducta” (*sic.*)⁶⁴. Era a maneira de se afirmarem como cidadãos livres. Outra instituição pública que recebia os serviços da população dos africanos livres foi o Farol do porto da cidade de Maceió, no qual trabalhou africano livre Miguel:

[...] este foi com outros apprehendido em janeiro do anno de 1850, como contrabando, nas praias dos morros de Camaragibe desta Província, e desde logo em Março do seo anno forão seus serviços arrematados pelo Tenente Coronel Francisco de Meira Lima, donde por permissão d[e?] V. E. passara para o serviço do pharol, onde prezentemente s' acha, em substituição a outro de nome Braz, que mal servia, e com desagrado do actual Administrador (*sic.*)⁶⁵.

Miguel requereu sua emancipação no ano de 1861, alegava o seu procurador João dos Santos Lima, o africano: “[...] não tem desde que chegou no Brasil [...] gosado das vantagens de sua liberdade, [...] que já tendo decorrido dose annos desse captiveiro, mande V.aEx.cia dar liberdade ao supplicante para que passa ganhar os meios com que possa viver (*sic.*)”⁶⁶

Após a emancipação de Miguel, o administrador do Farol do porto, o senhor Henrique d' Azevedo Melo solicitou à Curadoria outro africano livre para prestar serviços no dito local, para onde foi designado o africano de nome Benedito, todavia, ele era acusado de ser “[...] mui relaxado, insubordinado, e calaceiro” (*sic.*)⁶⁷, além de “[...] há dias que desapareceu desta Cidade, e anda fogitivo, sem delle haver noticias” (*sic.*)⁶⁸.

O documento citado nos traz indícios de como era a vida quotidiana nesse local, além de nos evidenciar que o administrador, o senhor Henrique d' Azevedo Melo, utilizava-se dos africanos livres para servi-lo particularmente, ele pediu: “[...] a concessão d' hum africano livre, que lhe conduza agua ao lugar de sua residencia no alto, em que s' acha collocado o seo pharol” (*sic.*)⁶⁹. Tal fato reforça a ideia de que a categoria dos africanos livres foi uma maneira encontrada pelas autoridades para a manutenção da escravidão e da hegemonia senhorial, como assinalou Enidelce Bertin.

Em sua grande maioria, os africanos livres eram arrematados por particulares. Ao elaborar uma estatística dos africanos livres referente ao ano de 1850, Moisés Sebastião aponta que de 66 africanos, 58 foram destinados a prestar seus serviços a particulares⁷⁰. Foi o caso do africano livre Adriano, arrematado por Felisberto Peixoto de Araujo Lima:

⁶³ APA. *Informação sobre req. Faiel env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 15/04/1861.

⁶⁴ APA. *Informação sobre req. Bernardo e Faiel env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 12/04/1861.

⁶⁵ APA. *Informação sobre req. Miguel env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 19/02/1861.

⁶⁶ APA. *Requerimento de Carta de Emancipação – Miguel.* 15/02/1861.

⁶⁷ APA. *Informação sobre req. Henrique d' Azevedo env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 05/04/1861.

⁶⁸ APA. *Informação sobre req. Henrique d' Azevedo env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 05/04/1861.

⁶⁹ APA. *Informação sobre req. Henrique d' Azevedo env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 05/04/1861.

⁷⁰ SILVA, 2011, p. 34.

Felisberto Peixoto de Araujo Lima, pediu e tomou conta do Africano Adriano e de sua competente carta de liberdade com que se achão as declarações seguintes – Numero seis – Adriano – nação Nagôu – quinze annos – rosto comprido – olhos, nariz, beijos e orelhas regulares – tendo no peito direito – Y – e onze sicatrizes em cada face; – obrigou-o a fazer batizar quanto antes, conservando o nome de Adriano, a dar conta da sua carta de liberdade, e a pagar annualmente [fl.1v] quinze mil reis, a apresental-o ao Curador sempre que este o deva visitar, kasal-o com toda humanidade, entregar quando falte a alguma das condições, ou o Governo o exija (*sic.*)⁷¹.

Africanas livres arrematadas por particulares eram uma constante na documentação mencionada. Foram, geralmente, destinadas aos serviços domésticos, a exemplo de Henriqueta, arrematada por Manoel Carneiro d' Almeida e, após seu falecimento, ficara em poder da viúva⁷². Outro exemplo é o da africana livre Francisca, arrematada no ano de 1850 por Joaquim Jozé d' Almeida, e que morava com suas duas filhas na casa do arrematante, como podemos perceber na documentação: “[...] tem ella produzido duas crias que existem em companhia da mesma africana, em poder do arrematante de seus serviços” (*sic.*)⁷³. Outro caso interessante foi o da africana livre Izabel, arrematada pelo senhor Antonio d' Almeida Franco no ano de 1850:

[...] tendo ella por algum tempo / talvez mais d' 8 annos / prestado seos serviços, fora abandonada por aquel[le] arrematante, que mudando de [re]zidencia para fora da Provincia, a deixara nesta Cidade entregue a preta liberta de nome Ritta em Jaraguá, por que ou não obtivera permissão da Prezidência, ou por que não teve meios de pagar os sallarios d' alguns annos deccorridos, à que era obrigado, e se sujeitara no termo da pr[corroído] arremataçam (*sic.*)⁷⁴.

Tais circunstâncias nos remetem a pensar como se configurou a sobrevivência cotidiana de Izabel. Abandonada pelo arrematante, teve que lutar diariamente para conseguir pecúlios e buscar sua emancipação. No dia-a-dia da trama social da escravidão: escravas, forras e africanas livres tiveram que buscar, cotidianamente, meios de sobrevivência e resistência, fosse comercializando produtos nas ruas, pedindo esmolas ou trabalhando em serviços domésticos.

Considerações Finais

A Maceió dos oitocentos foi marcada pela intensa movimentação da população negra na cidade, destacamos a presença escrava e dos africanos livres que ocuparam as ruas, praças, becos e locais desertos dos arredores da capital alagoana para resistir à escravidão, mas também para buscar seus meios para garantir-lhes a sobrevivência. Desta maneira, construíram amizades, fizeram parceiros, foram solidários e também cometeram crimes⁷⁵. A presença da escravidão foi marcante na vida social maceioense, tendo uma grande população de escravos, forros e africanos livres circulando diariamente pelas ruas, becos e praças, fixando-se nos arredores da cidade, desenvolvendo seus arranjos de sobrevivência, buscando contrapor-se à hegemonia dos senhores. Sendo comum encontrá-los em rodas de capoeiras e manifestações culturais como o coco-de-roda, nas músicas de barbeiros e no lundu. Também havia inúmeros terreiros de xangô e pequenos

⁷¹ APA. *Cópia do Termo de Arrematação do af. Adriano*. 17/05/1861.

⁷² APA. *Informação sobre req. Andre, Manoel e Henriqueta env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 29/04/1861.

⁷³ APA. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 04/06/1861.

⁷⁴ APA. *Informação sobre req. Izabel env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 20/05/1861.

⁷⁵ BERTIN, 2006, p.122.

quilombos ao redor. A população cativa se mostrava incansável em seu objetivo de transformar a cidade num esconderijo, a cidade que escondia ao mesmo tempo libertava. Desta forma, alguns bairros como Bebedouro, Trapiche e Levada detêm até hoje uma forte identidade afrodescendente, e para melhor compreendê-la é fundamental estudar a Maceió do século XIX.

Referências

ALMEIDA, Luís Sávio. Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província*, Maceió: Q Gráfica, 2011.

ALMEIDA, Luís Sávio de. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió: Edufal, 2008.

AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.

BARROS, Theodyr Augusto de. *O Processo de Mudança da Capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica, 1819-1859*. Maceió: Imprensa Universitária, 1991.

BERTIN, Enidelce. *Os Meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX*. USP, 2006.

BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Olhar Escravo, Ser Olhado. In: AZEVEDO, Paulo Cesar de e LISSOVSKY, Mauricio (Orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo: ExLibris, 1988.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2. Ed. Maceió: Edufal: 2002.

DUARTE, Abelardo. *Episódios do Contrabando de Africanos nas Alagoas*. Maceió: s/ed. 1988.

DUARTE, Abelardo. *Folclore Negro das Alagoas*. Maceió: Edufal, 2010.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed.USP, 1980.

LIMA Jr., Félix Lima. *Carroças e Carroceiros*. Maceió, Fundação Teatro Deodoro, 1983.

LIMA Jr., Felix. *A Escravidão em Alagoas*. Maceió: s/ed., 1975.

LINDOSO, Dirceu. Ruptura e Continuidade na Cultura Alagoana. In: LINDOSO, Dirceu. *A Interpretação da Província: estudo da cultura alagoana*. Maceió: Edufal, 2005.

MACIEL, Pedro Nolasco. *Traços e Troças (crônica vermelha - leitura quente)*. 2. ed. Anotada e comentada por Felix Lima Junior. Maceió: DEC, 1964, [1899].

MATTOSO, Katia M. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, João José Reis; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTANA, Moacir Medeiros. *Uma Associação Centenária*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1966.

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX. In: SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Moisés Sebastião da. Vida na Fronteira: a experiência dos africanos livres em Alagoas (1850-1864). In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Capoeira Escrava e Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. ver. e amp.. Campinas: Editora UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2002.

WISSENBACH, Maria Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.